

## DISSIDÊNCIA NO PRP (1915-1921)

José Carlos Neves LOPES

A posse do Marechal Hermes da Fonseca, em 25 de novembro de 1910, prenunciava dias difíceis para São Paulo. O apoio dado pelo situacionismo paulista à candidatura Rui Barbosa exasperou os ânimos dos militares e políticos hermistas, que aguardavam o momento oportuno para promover uma desforra.<sup>1</sup>

A derrubada das oligarquias no Norte e Nordeste, concretizada nos dois primeiros anos da gestão Hermes, preocupava o PRP, pois as eleições de 1912 para a sucessão de Albuquerque Lins poderiam se constituir numa oportunidade para a intervenção federal no Estado, já que a disputa se daria entre um candidato situacionista e o chefe do PRC, em São Paulo - Rodolfo Miranda; outro elemento agravante era a ausência de unanimidade quanto ao nome do candidato situacionista.<sup>2</sup>

Dois eram os nomes que disputavam a indicação da Convenção do PRP: Olavo Egídio de Souza Aranha, apoiado pelos ex-dissidentes e Fernando Prestes, vice-presidente do Estado, sustentado por Jorge Tibiriçá e Albuquerque Lins (ex-presidentes do Estado). Em vista dessa situação, Rubião Junior, membro da Comissão Diretora, e com trânsito fácil junto aos dois grupos, iniciou uma série de contatos visando a escolha de um "tertius" para evitar a disputa e fortalecer o Partido.

---

(1) Nessa eleição, em São Paulo, Rui obtivera 82.884 votos contra 25.551, dados ao Marechal Hermes.

(2) O Partido Republicano Conservador havia sido fundado para dar sustentação à candidatura de Hermes da Fonseca.

(3) Esse grupo (Dissidência), que havia se reintegrado ao Partido durante o governo Tibiriçá, era liderado por Júlio Mesquita, proprietário do jornal O Estado de S. Paulo.

Diante desse quadro, despontou o nome de Rodrigues Alves. O ex-presidente da República havia se mantido isolado da vida política nos últimos anos, não se envolvendo na campanha civilista; mantinha boas relações com o Marechal Hermes e era um nome respeitado - seria, portanto, o candidato ideal.

No trabalho de bastidores desenvolvido por Rubião Junior, tudo indicava que a principal resistência a ser quebrada seria a dos ex-dissidentes, que achavam haver chegado o momento de seu grupo obter a presidência do Estado. Fortalecidos após seu reingresso no PRP, guardavam os ex-dissidentes profundos ressentimentos quanto a Rodrigues Alves, que era o presidente do Estado, quando da cisão de 1901.

Rubião Junior foi conversar com Júlio Mesquita e Cincinato Braga; ambos não opuseram resistência, porém, continuariam a apoiar Olavó Egídio, só deixando de fazê-lo ao primeiro sinal de resistência, circunstância em que passariam a apoiar o nome de Rodrigues Alves. Rubião Júnior adotaria o mesmo procedimento quanto ao seu candidato.<sup>4</sup>

Obtido o aval de Jorge Tibiriçá e Albuquerque Lins, estava aberto o caminho para a candidatura Rodrigues Alves. Em 28 de setembro de 1911, a Convenção do PRP sagrava as candidaturas do ex-presidente e de Carlos Guimarães, pertencente ao grupo dos ex-dissidentes

Em outubro, foi descoberta uma conspiração na Força Pública, na qual a participação de Rodolfo Miranda foi apontada. Organizaram-se "batalhões patrióticos nos municípios; boatos de intervenção federal fervilhavam nos jornais. Face a essa situação, Rubião Júnior, "bombeiro do PRP", costurou um acordo com os perrecistas, auxiliado pelo deputado federal Fonseca Hermes, irmão do presidente da República. Por esse acordo, a oposição desistia de concorrer à presidência do Estado recebendo em troca a garantia de que haveria espaço para seus candidatos na próxima eleição federal; acordava-se também que o PRP apoiaria os atos do governo Hermes que não ferissem as leis fundamentais da União e do Estado; idêntico procedimento adotaria o PRC em relação ao governo do Estado.<sup>5</sup>

<sup>(4)</sup> O Estado de S. Paulo, 29/11/1915.

<sup>(5)</sup> Afonso Arinos de Mello Franco, Rodrigues Alves: apogeu e declínio, do presidencialismo, vol. 2 São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1973 p. 680 e segs.

Empossado em 1º de maio de 1912, Rodrigues Alves formou um secretariado que espelhava o acordo havido em torno de seu nome: Rafael Sampaio Vidal (Justiça) e Paulo de Moraes Barros (Agricultura) ex-dissidentes; os outros dois membros eram Altino Arantes, Interior e Joaquim Miguel, Fazenda.

Nas confabulações que se iniciaram em 1912 para a escolha do candidato à sucessão do Marechal Hermes, os paulistas tudo fizeram para impedir a candidatura de Pinheiro Machado. O político gaúcho vinha tendo um papel de destaque no governo do marechal e acreditava haver chegado, finalmente, a sua vez. Para bombardear essa candidatura, os paulistas se aproximaram dos mineiros procurando concertar um acordo que pusesse abaixo as pretensões de Pinheiro Machado. Os negociadores foram o paulista Cincinato Braga e o mineiro Bueno Brandão, que em Ouro Fino, firmaram o pacto que praticamente permitiria a rotatividade mineiros e paulistas na presidência da República, a partir de então.

O acordo resultou na candidatura do vice-presidente da República, o mineiro Venceslau Brás. Como de outras vezes, alguns políticos tentaram articular a candidatura de Rui Barbosa, fundando para isso o Partido Republicano Liberal. Esse partido teve efêmera duração, uma vez que em dezembro de 1913, Rui Barbosa desistiu de concorrer ao pleito.

Com a saúde fortemente abalada, Rodrigues Alves afastou-se do cargo em outubro, assumindo o governo, o vice Carlos Guimarães

A interinidade de Carlos Guimarães abria a possibilidade de que seu grupo viesse a comandar as negociações para a sucessão presidencial paulista. No entanto, Rodrigues Alves reassumiu suas funções em 4 de janeiro de 1915.

As notícias veiculadas por alguns jornais de São Paulo e do Rio a partir de maio, indicavam que eram visíveis as possibilidades de uma luta acirrada nos bastidores do PRP, em função da sucessão presidencial paulista. Comentava-se, inclusive, que o jornal "O Comercio de São Paulo" havia sido comprado por elementos ligados à família Rodrigues Alves para defender a candidatura de Altino Arantes.<sup>6</sup>

<sup>(6)</sup> O Parafuso, nº 12, 15/5/1915 e nº 14, 29/5/1915.

A primeira manifestação do "Estado" com relação ao problema sucessório deu-se em virtude da publicação de um "suelto" no "Correio da Manhã" (RJ). Nele se afirmava que o Secretário da Justiça e Segurança Pública, Eloi Chaves havia arquitetado um plano para anular as pretensões dos ex-dissidentes e que, face a isso, Júlio Mesquita, que se encontrava descansando em sua fazenda em Louveira, viera para São Paulo para entender-se com seus amigos políticos.<sup>7</sup> A informação divulgada pelo "Correio" foi confirmada, em parte, pelo "Estado" que ocupou-se do assunto numa coluna intitulada "Política Paulista". Nesta, "um amigo íntimo do dr. Julio Mesquita" informava que aquele chefe político fora procurado por pessoa muito bem informada que lhe dissera estarem preparando "uma tremenda tempestade" contra o seu grupo. A isso, Júlio Mesquita ponderara que ainda era cedo para tratar-se da sucessão presidencial paulista, visto que a última palavra cabia à convenção e muitos dos seus membros estavam no Rio de Janeiro e no interior; não via, por outro lado, motivos para um movimento contra os ex-dissidentes, pois durante a interinidade de Carlos Guimarães eles nada fizeram contra os outros grupos que pudesse justificar uma reação. Quanto à informação de que o movimento estava sendo chefiado por Eloi Chaves, o diretor do Estado" achava "ridículo" que uma só pessoa se achasse no direito de resolver "os mais sérios problemas políticos do Estado". Acrescentava, ainda, não encontrar motivos para que Eloi Chaves agisse dessa forma, pois nunca fora hostilizado por ele e seus companheiros.<sup>8</sup>

Nos primeiros dias de Julho, os jornais noticiavam que era um fato consumado a escolha de Rubião Junior, presidente do Banco do Comércio e Indústria, para candidato a sucessor de Rodrigues Alves. Inúmeras indicações de diretórios do interior chegavam nesse sentido. Tudo indicava que não haveria obstáculos a essa candidatura, pois seu nome tinha livre trânsito em todos os grupos.<sup>9</sup>

Rubião Júnior era um nome forte dentro do partido, razão pela qual a disputa deslocou-se para a vice-presidência. O grupo ligado ao presidente do Estado tinha notórias preferências por Altino Arantes, Secretário do Interior e muito amigo de Oscar Rodrigues Alves, oficial de

(7) O Estado de S. Paulo, edição noturna (Estadinho), 22/6/1915

(8) idem, 23/6/1915

(9) A Capital, 15/7/1915; As Novidades 12 e 27/8/1915; O Estado de S. Paulo, 4/12/1915.

gabinete da presidência. Seu nome, inclusive, havia circulado na imprensa como o preferido dos Campos Elísios para a presidência. A promoção de seu nome era feita por Jorge Tibiriçá, Eloi Chaves e Oscar Rodrigues Alves.<sup>10</sup>

Para Júlio Mesquita, Rubião não se conformava com as articulações pró-Altino, vendo nelas uma imposição de grupos que desejavam impedir a reeleição de Carlos Guimarães. Decidido a não aceitar um companheiro de chapa não escolhido por ele, dissera ao diretor do "Estado" que procuraria Rodrigues Alves para conversar sobre o assunto.<sup>11</sup>

Em outubro, faltando apenas um mês para a realização da Convenção do PRP, Rubião Júnior faleceu repentinamente. Esse fato veio a agravar a crise interna por que passava o partido, uma vez que os ex-dissidentes não estavam dispostos a aceitar a indicação de Altino Arantes, que vinha ganhando força.

O "Estado" publicou uma conversa que seus repórteres tiveram com "um amigo do dr. Júlio Mesquita". Nessa conversa, o informante dizia estar muito satisfeito com a indicação do dr. Carlos Guimarães para substituir o falecido Rubião na diretoria do Banco Comércio e Indústria; falava da importância desse estabelecimento para a praça, acrescentando, ainda, que também fora lembrado o nome de dr. José Pereira de Queiroz, outro amigo do dr. Júlio. Concluindo, ressaltava que a hostilidade havida no seio do partido para com Júlio Mesquita e seus amigos não passava de "mera questão passageira de ciúmes e ambições assustadas" fato comum em muitos países e partidos "em épocas como esta."<sup>12</sup>

A Comissão Diretora do PRP, por iniciativa de Jorge Tibiriçá e Lacerda Franco e com a anuência dos demais, resolveu consultar o presidente do Estado sobre a questão sucessória. Investido dessa prerrogativa, Rodrigues Alves resolveu ouvir os nomes mais representativos do partido.<sup>13</sup>

Atuando como representante dos ex-dissidentes, o deputado federal Cincinato Braga deixou Lambari, onde se encontrava em

<sup>(10)</sup> A Nação, 25/9/1915

<sup>(11)</sup> O Estado de S. Paulo, 4/12/1915

<sup>(12)</sup> idem, 5/12/1915

<sup>(13)</sup> idem, 23/10/1915

tratamento, vindo para São Paulo. Tão logo chegou, foi procurado pelo deputado federal Rodrigues Alves Filho, que colocou-o a par das consultas que fizera junto à bancada paulista, no Rio, a pedido do presidente. Dessas conversas chegara à conclusão que Altino era o preferido. Cincinato observou que se tratava de uma escolha "infeliz", pois não via em Altino, "títulos" que o recomendassem à presidência do Estado.

Convocado por Rodrigues Alves para uma conversa, Cincinato afirmou que os ex-dissidentes não aspiravam à presidência e que apoiariam qualquer nome que garantisse a coesão do partido; achava que o país atravessava um momento difícil em virtude de problemas econômicos e financeiros agravados pela guerra e de uma situação política tumultuada devido à morte de Pinheiro Machado.<sup>14</sup> Para fazer frente a esses problemas era mister a união entre São Paulo e o governo federal. Achava Altino "politicamente fraco", e se o objetivo primeiro da escolha era a coesão do partido, esse nome não poderia prevalecer, pois fora levantado como arma de combate aos ex-dissidentes. Se confirmado Altino, esse grupo achava-se disposto "a retrair-se logo que o dr. Altino Arantes, investido das funções de presidente, subisse as escadas do palácio".

Rodrigues Alves respondeu que não achava tão grave a situação econômico-financeira da União e do Estado; concordava com a necessidade de coesão partidária e do estreitamento das relações entre São Paulo e o governo federal. Quanto às hostilidades mencionadas, achava que não passavam de fatos comuns a todos os partidos, não vendo motivo para receio por parte dos ex-dissidentes; confiassem na Convenção, pois mais uma vez ela "votaria bem".<sup>15</sup>

O presidente conversou também com Júlio Mesquita. O relato desse encontro feito pelo "Estado" deixa claro os ressentimentos desse grupo para com a preterição de nomes mais antigos e com maiores serviços ao partido, bem como sua inconformidade ante uma manobra que visava a afastá-los da presidência do Estado. Para Júlio Mesquita, as objeções a Altino diziam respeito à pouca idade; a ausência de grandes serviços prestados ao Estado; aos gastos excessivos que fizera em sua pasta; sua demasiada religiosidade e ligações com ala mais reacionária do

<sup>(14)</sup> Pinheiro Machado foi assassinado no saguão do Hotel dos Estrangeiros (RJ), onde fora manter contato com Rubião Júnior, que lá se achava hospedado. (8/8/1915)

<sup>(15)</sup> O Estado de S. Paulo.

clero paulista e, por fim, à sua incapacidade para conter a "onda de corrupção" que viria após o término da guerra, quando o "ouro americano, essencialmente corruptor" se extravasaria para a América do Sul, especialmente para São Paulo. Concluindo, deixou claro que os ex-dissidentes sabiam que o principal articulador daquela candidatura era o filho do presidente, Oscar, e caso ela vingasse, "a situação era irremediável".<sup>16</sup>

Após ouvir outros nomes, Rodrigues Alves enviou uma carta a Jorge Tibiriçá, presidente da comissão diretora do partido, na qual declinava da honra que lhe fora conferida e devolvia a responsabilidade pela solução do caso à Convenção, "máxima força política do Estado" Atitude sábia, não fora a insinuação, ao final da carta, de que Altino era o preferido:

"Dessas conferências, discretamente conduzidas, resultou, para mim a convicção de ser melhor para o partido republicano que a Convenção exerça, sem contraste, a sua função de examinar e escolher candidatos. Vários nomes foram lembrados então, dignos da alta investidura, parecendo-me que a maior soma das adesões recaía na pessoa de um dos meus ilustres secretários há pouco tempo indicado para um posto saliente no governo da República."<sup>17</sup>

Na verdade, a atitude de Rodrigues Alves não era inusitada. A interferência do executivo na lide sucessória sempre foi constante, tanto a nível federal como estadual. A dissidência de 1901 tivera como um de seus fatores a interferência de Campos Sales e Rodrigues na sucessão presidencial paulista, quando impuseram o nome de Bernardino de Campos, preterindo Cerqueira Cesar.

Alarmados com a possibilidade de uma nova cisão, os rodriguesalvistas tentaram negociar a vice-presidência e a distribuição de cargos no próximo governo. Não tiveram sucesso, pois os ex-dissidentes mantiveram-se irredutíveis.<sup>18</sup>

A convenção reuniu-se no salão do Congresso Estadual, em 7 de novembro de 1915. A direção dos trabalhos ficou a cargo de Albuquerque Lins. Pedindo a palavra, o Senador Adolfo Gordo propôs o

<sup>(16)</sup> *idem*, 8/12/1915

<sup>(17)</sup> O Estado de S. Paulo, 4/11/1915

<sup>(18)</sup> *idem*, 13/12/1915

adiamento dos trabalhos da convenção por um prazo de quinze dias, período no qual tentar-se-ia chegar a um acordo. O deputado Carlos de Campos manifestou-se contra, ponderando que o adiamento era desnecessário, bastando para que "a paz reinasse nas fileiras do partido", que "os ex-dissidentes se convencessem da lealdade com que o dr. Rodrigues Alves inutilmente tentou resolver o grave problema". Adolfo Gordo contrapôs que a recusa ao adiamento seria encarada como "uma recusa de solidariedade política e pessoal ao modo pelo qual seus amigos sé conduziram" na crise do partido. Falando em seguida, Cincinato Braga utilizou todos os seus recursos oratórios para pintar com as cores mais escuras o quadro político, econômico e financeiro de São Paulo e da República, numa tentativa de mostrar que uma cisão no PRP traria conseqüências negativas para todo o país.

Os ex-dissidentes não lograram sucesso com seus argumentos sombrios; colocada em votação, a proposta de adiamento só obteve 21 votos favoráveis.

Derrotados, os ex-dissidentes retiraram-se do recinto, deixando de participar da escolha dos candidatos à sucessão presidencial. O resultado da Convenção só fez por confirmar a escolha que já havia sido feita previamente: Altino Arantes e Cândido Rodrigues.

No dia seguinte, os ex-dissidentes que ocupavam cargos de confiança no governo, pediram demissão.

O editorial do "Estado", de 19/12, analisou a situação rememorando fatos ligados à dissidência de 1901 e as dificuldades que o Partido Republicano Dissidente enfrentou para sobreviver em meio às fraudes e violências perpetradas pelo situacionismo no interior. À retirada dos ex-dissidentes do partido, seguiu-se o reingresso dos perrecistas, sob a liderança de Rodolfo Miranda, graças ao apoio que manifestaram à candidatura Altino

Após a posse de Altino Arantes, passaram a fazer parte da Comissão Diretora do PRP, Olavo Egídio de Souza Aranha e Rodolfo Miranda, substituindo os ex-dissidentes.<sup>19</sup>

Em 1918, nas eleições para a renovação da Câmara Federal, o PRP não apresentou lista completa de candidatos, à exceção do 4º distrito.

<sup>(19)</sup> O Estado de S. Paulo, 8/11/1915

Reunidos em casa de Júlio Mesquita, os dissidentes decidiram lançar candidatos em todos os distritos: 1º - Cincinato Braga; 2º - Prudente de Moraes Filho; 3º - Rafael Sampaio Vidal e 4º - Júlio Mesquita. No manifesto publicado em 14/2, reportaram-se à cisão de 1915 explicando os motivos pelos quais não se organizaram em partido político Salientaram, ainda, que suas candidaturas eram o reflexo de uma nova era em que "o povo brasileiro acorda da prolongada e funda prostração em que caíra, esquecendo-se de si, dos seus interesses e de suas instituições, das suas glórias e dos seus horizontes". Apesar do direito de voto ainda atrair muito poucas pessoas, as "classes movem-se e cuidam seriamente da sua defesa", e "a maioria dos moços de hoje - a República de amanhã - tão diversos dos de ontem, acodem à voz que os chama ao cumprimento dos mais rudes deveres".<sup>20</sup>

Como primeira manifestação pública, o manifesto era fraco, perdendo-se em inúmeras frases de efeito e sem se aprofundar em temas como "República regenerada" e "paz social". Se o momento era de transição, nada mais oportuno do que a formulação de um programa que defendesse mudanças.<sup>20</sup>

No ano seguinte, com a eleição de Washington Luís para a presidência do Estado, ensaiava-se a reconciliação, tendo o "Estado" visto com bons olhos o resultado das urnas.

"(...).

Pelas provas que já nos forneceu, das quais a mais recente se encontra na organização do seu secretariado, tem ele o direito de exigir de todos os homens de boa vontade, entre os quais nos consideramos alistados, uma perspectiva simpática. Da nossa parte não lha negamos. Não somos, nem nunca fomos oposicionistas sistemáticos. Espectadores atentos, mas imparciais, da ação dos governos, distribuimos a todos, sempre, invariavelmente, a justiça que merecem ou que acreditamos merecerem.<sup>21</sup>

A conciliação veio no ano seguinte. A 20 de janeiro de 1921, o "Correio Paulistano" publicava:

<sup>(20)</sup> idem, 14/2/1918

<sup>(21)</sup> O Estado de S. Paulo, 1/5/1920

“Prosseguindo no patriótico empenho de reunir e harmonizar em torno da grandeza dos interesses paulistas todas as correntes republicanas do Estado, a Comissão Diretora do Partido Republicano de São Paulo, em deliberação unânime, resolveu convidar para essa elevada e conjunta missão os elementos que desse partido dissentiram em 1915. Especialmente comissionados para isso, os srs Albuquerque Lins e Carlos de Campos desempenharam-se ontem dessa incumbência, por intermédio dos srs Cincinato Braga e Sampaio Vidal, que depois de ouvidos aqueles elementos da política estadual, por seus graduados representantes manifestaram a inteira e geral conformidade de todos a tão significativo congraçamento, levado a efeito com despreocupação completa, por parte desses elementos congraçados, no tocante a cargos ou posições de ação administrativa, parlamentar ou partidária.

(...).”<sup>22</sup>

Apesar da conciliação, Júlio de Mesquita não mais retornou às lides partidárias. Já em 1906, fora voto vencido quanto ao congraçamento e, nesta ocasião, alguns de seus editoriais demonstram inequivocamente um certo cetismo quanto aos rumos da política nacional

"A situação é nitidamente revolucionária. Em parte alguma do mundo se achará outra definição para um transe semelhante ao que atravessamos. Segrega-se da regularidade das soluções tradicionais o país em que os governos incorrigíveis teimam no erro e no crime, e em que os povos cansados de deitar nas urnas votos inúteis, desistem do direito de votar. Na nossa desgraçada República, os governos, quase sem exceção, e o povo, quase em unanimidade, de há muito que se haviam fixado neste sistema anormal de viver - os governos contando com uma covardia eterna do povo, e este, simplesmente resignado, à espera da gota imprevista e providencial que, tombando, forçasse o inevitável extravasamento. A gota fatídica tombou, e o covarde transfigura-se (...). Quer dizer: - a revolução está declarada"<sup>23</sup>.

Os anos vinte que se avizinhavam, viriam a demonstrar que o velho jornalista estava correto em seus prognósticos.

<sup>(22)</sup> idem, 20/1/1921

<sup>(23)</sup> O Estado de S. Paulo, 26/1/1919